

A ANÁLISE DOS ESTEREÓTIPOS DIÁLOGOS ENTRE A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS MODELOS DA COGNIÇÃO SOCIAL

Marcus Eugênio Oliveira Lima

1. INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento pode ser representada pela imagem proposta pelo filósofo Isaiah Berlin (1909-1997), no livro “O Ouriço e a raposa”. Berlin (1953) propõe uma elegia ao pluralismo a partir de uma cartografia da tensão entre o múltiplo e o uno. Para ele, haveria dois grupos de pessoas, aqueles que defendem uma visão pluralista da existência seriam as raposas, e outros que buscam explicações para os fenômenos a partir de um princípio único, os “ouriços”. Serge Moscovici, em “A máquina de fazer deuses”, utiliza essa imagem para representar as duas fases do trabalho do pesquisador. Na fase inicial, o pesquisador busca tenazmente, tal como uma raposa, coligir dados para encontrar as provas para as ideias que permitam interpretar o mundo. Depois de cumprir essa etapa, o pesquisador se enrola como uma bola e eriça seus espinhos, fechando-se como o ouriço. Temos, portanto, a raposa que tudo busca transformada num ouriço que tudo guarda (Moscovici, 1990).

Na Psicologia Social, esse movimento de busca/fechamento, de ênfase no múltiplo ou no uno, pode ser percebido em vários momentos da sua formação enquanto área de conhecimento. Um dos casos mais emblemáticos, pela

importância das teorias envolvidas, talvez seja o da relação entre os modelos da Cognição Social (CS) e os da sociocognição, representados pela Teoria das Representações Sociais (TRS). Como numa epopeia, a “nova” teoria supera a “velha” e, de alguma maneira, se fecha e erica seus espinhos em relação a ela. A Cognição Social, a “velha” teoria, neste caso, ignora a emergência e as potencialidades da “nova” teorização. Com efeito, como refere Valentim (2013), os principais manuais de Psicologia Social organizados por cognitivistas europeus não fazem referência à TRS. Por outro lado, Serge Moscovici propõe uma nova era na compreensão dos fenômenos psicossociais: “era das representações”: “Na minha opinião, a principal tarefa da psicologia social é o estudo dessas representações” (Moscovici, 2000, p. 27, tradução nossa).

Considerando o que propõem Doise (1982), Camino (1996) e Doise e Valentim (2015), adotamos neste capítulo uma abordagem de articulação psicossocial, com o objetivo de discutir as possibilidades de integração/contraste entre a Teoria das Representações Sociais com os Modelos da Cognição Social, tomando os estereótipos como objeto de análise. Em um texto anterior, introduzimos alguns dos elementos desenvolvidos aqui sobre a relação entre representações, atitudes e estereótipos (cf. Mendonça & Lima, 2014).

O pressuposto fundamental adotado é o de que o solo onde se formam as representações e as cognições é o mesmo: o dos julgamentos sociais (Doise, 1972) e dos processos de construção da realidade social (Moscovici, 1981; Tajfel, 1982). Outrossim, o contexto de formação e difusão das cognições e representações é idêntico: o das relações intergrupais (Almeida, 2009). O objeto das duas perspectivas também é o mesmo: o processo de significação do ambiente social a fim de torná-lo previsível, manejável, enfim, familiar (Rateau, Moliner, Guimelli & Abric, 2012). Os principais conceitos dessas duas perspectivas são intercambiáveis e complementares: atitudes, crenças, opiniões, valores, representações sociais e ideologias (Fraser, 1994; Rouquette, 2010).

Cabe mencionar que o próprio Moscovici (1981) propõe a TRS como um aporte europeu para complementar a cognição social norte-americana. Também consideramos que os métodos de pesquisa predominantes nas duas abordagens (experimentais e descritivo-exploratórios) podem ser utilizados de modo integrado, ampliando o poder de análise dos fenômenos e reconduzindo os estudos experimentais para o contexto das normas e das representações construídas nas relações sociais: “Reconstituir a natureza essencialmente sócio-histórica da dimensão cognitiva é um dos principais objetivos da teoria das representações sociais” (Voelklein & Howarth, 2005, p. 16, tradução nossa). Por outro lado,

a rigorosa empiria predominante na cognição social permitiria à TRS superar algumas das suas principais limitações, a exemplo do caráter vago e ambíguo dos seus conceitos e da noção genérica de grupo social e de consenso.

Análises anteriores propuseram a integração dos modelos da cognição social com outras teorias ou fenômenos, a exemplo das relações intergrupais (Cabecinhas, 2004), da identidade social (Smith, 1997) e das representações sociais (Vala, 1993). No nosso entendimento, essa articulação garante a força do pluralismo das concepções, pois supera a lógica do ouriço e da raposa. Como afirmam Rateau et al. (2012, p. 487): “Construir pontes entre esses dois fossos, entre esses dois campos de estudo, sem dúvida, constitui uma das questões científicas mais fascinantes para os próximos anos na área da psicologia social.”

Ainda que saibamos que as pontes conectam dois lugares e, assim, permitem, de forma recíproca, os fluxos e as trocas, neste texto, destacaremos principalmente as contribuições que a TRS pode incorporar da CS. Para tal, abordaremos aspectos da teoria cognitiva dos estereótipos, seus alcances e limites, em seguida, analisaremos a Teoria das Representações Sociais, destacando seus pontos críticos, para, por fim, destacar os avanços que a TRS pode obter de um contato mais estreito com a CS.

2 A COGNIÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS

A Psicologia Cognitiva é definida por Eysenck e Keane (2000) como uma abordagem que se baseia na analogia entre a mente e o computador. Os estudos de Sherif na década de 1930 sobre o efeito autocinético e de Bartlett sobre esquemas, os de Bruner e Goodman na década de 1950 sobre o “new look in perception” e as teorias da atribuição desenvolvidas pelos gestaltistas Asch, Heider e Kelley definitivamente introduziram o grupo e a cultura nas análises sobre os processos cognitivos, fazendo emergir o paradigma da cognição social. A Teoria da Cognição Social (TCS) afirma a agência do ser humano, quando considera que os indivíduos são proativamente engajados em seu próprio sucesso e desenvolvimento (Schunk, 2012). Para Wegner (1981), a TCS se desenvolveu a partir dos estudos sobre atitudes na década de 1940, percepção de pessoa na década de 1950, consistência cognitiva na década de 1960 e atribuição na década de 1970.

É nesse sentido que Bandura (1986) define a cognição social como uma teoria que adota um modelo de causalidade que integra três dimensões: comportamento, cognição e ambiente: “As expectativas, as crenças, as emoções e

as competências cognitivas são desenvolvidas e modificadas pelas influências sociais, as quais transmitem informações e ativam reações emocionais mediante processos de modelagem, instrução e persuasão social” (Bandura, 1989, p. 3, tradução nossa).

O paradigma da cognição social (CS) se tornou temática fundamental na década de 1980. Vinte anos depois, os processos automáticos de resposta passaram a ocupar lugar central nas análises da cognição social, a tal ponto que as principais perspectivas da psicologia no século XX se distinguem entre aquelas que afirmam que as pessoas podem consciente e ativamente controlar seus atos e desejos daquelas que afirmam o contrário (Bargh & Chartrand, 1999).

O estudo dos estereótipos recobre-se de um enorme significado para a psicologia, de forma geral, e para a cognição social, de modo específico. Como sinaliza Stangor (2000), o interesse da psicologia em estudar os estereótipos decorre do fato de essas crenças poderem ter consequências negativas para indivíduos e grupos sociais e porque os estereótipos, juntamente com seu correlato, o preconceito, permitem compreender como as pessoas dão significado e reagem aos outros.

Os estereótipos são entendidos classicamente como *pictures in our heads* (Lippmann, 1922), ou seja, como um conjunto de características que são mentalmente associadas com uma etiqueta ou rótulo grupal (Stangor & Lange, 1994). Ou, ainda, como estruturas cognitivas que contêm nossos conhecimentos e expectativas, e determinam nossos juízos e avaliações sobre os grupos humanos e seus membros (Hamilton & Trolie, 1986). Ou, simplesmente, como traços que surgem na nossa mente quando nós pensamos sobre os grupos sociais (Stangor, 2000).

Hilton e von Hippel (1996) revisam as principais definições dos estereótipos e afirmam que estes são teorias sobre como e porque certos atributos estão juntos. Os autores apresentam um conjunto de modelos que concebem os estereótipos como representações. O *modelo do protótipo* concebe uma representação ideal, que encerra a média dos atributos típicos do grupo. O *modelo do exemplar* propõe uma representação concreta, objetiva de um ente particular que encerra em si a imagem geral do grupo. O *modelo das redes associativas* supõe os estereótipos como teias ou cadeias de atributos ligados entre si, podendo tais associações serem ativadas automaticamente e operarem fora do controle consciente do ator. O *modelo dos esquemas* concebe os estereótipos como conjuntos complexos e abstratos de crenças sobre os grupos e seus membros.

Os estereótipos seriam adquiridos muito cedo no processo de socialização (França & Monteiro, 2002) e passariam por um processo de “automatização”,

tornando-se um “hábito cognitivo”, muitas vezes fora do nosso controle consciente (Devine, 1989; Garcia-Marques, 1998). Iríamos, *pari passu*, a partir das nossas experiências pessoais, formando uma visão sobre os grupos humanos e fazendo julgamentos de justiça sobre o papel e *status* dos grupos na sociedade. Essas seriam nossas crenças pessoais, que são diferentes dos estereótipos culturais, e que podem colaborar para combatê-los ou para legitimá-los.

Hilton e von Hippel (1996) destacam que os estereótipos possuem funções que variam conforme os contextos das relações sociais. Algumas vezes, os estereótipos permitem simplificar a realidade, facilitando a percepção social; noutras ocasiões, eles emergem como resposta na avaliação de diferentes papéis sociais, ou como descritores de diferenças de poder entre os grupos, ou como um meio de justificar o *status quo* ou, ainda, como uma resposta à necessidade de identidade social.

Na década de 1950, Gordon Allport (1954) já havia referido o caráter híbrido, cognitivo e social dos estereótipos, quando afirmou que eles tinham como função justificar nossa relação com as categorias sociais. Tajfel (1981) sistematiza as funções dos estereótipos, considerando que estes possuem funções psicológicas e funções sociais. As funções psicológicas seriam: 1) sistematizar e simplificar as informações para dar sentido e ordem lógica ao mundo; e 2) proteger os valores do indivíduo, preservando sua identidade social através da manutenção das imagens dos outros grupos. As funções sociais dos estereótipos, por sua vez, são: 1) fornecer causalidade (explicação) para a compreensão de acontecimentos sociais complexos e normalmente lamentáveis; 2) justificar e legitimar ações em relação a outros grupos; e 3) permitir a diferenciação positiva do próprio grupo em relação ao grupo dos outros. Trata-se das funções de causalidade social, justificação e diferenciação.

Assim, podemos afirmar, juntamente com Tajfel (1981), que as teorias psicossociais precisam considerar nas suas análises que as funções sociais dos estereótipos, referentes ao macrocontexto, têm implicações diretas para as funções individuais de categorização e proteção dos valores, de forma tal que as investigações em Psicologia Social devem procurar relacionar as funções de causalidade e representação social dos grupos nos estereótipos com as funções psicológicas de estruturação cognitiva.

Tajfel (1981) propõe que os estereótipos, definidos classicamente enquanto generalizações ou simplificações cognitivas decorrentes dos processos de categorização, se tornam estereótipos sociais quando são compartilhados por um grande número de pessoas que pertencem a um grupo ou entidade coletiva,

sendo esse compartilhamento que implica no processo de difusão dos estereótipos. Se, por um lado, são as relações de poder e a competição entre os grupos que determinam as funções sociais dos estereótipos, por outro lado, é a necessidade cognitiva de dar sentido ao mundo físico e social que motiva e anima os processos de construção social da realidade.

Na mesma direção, Bourdieu (2013) afirma que os princípios de classificação são lógicos e sociológicos, pois, na medida em que produzem conceitos, produzem grupos. De acordo com essa lógica, os esquemas classificatórios se encontram na origem das representações. Os grupos se associam estreitamente às palavras que os designam, os sujeitos “classificantes” são igualmente objetos classificados ou classificáveis. A posição ocupada nessa luta de classificações repercute/decorre na/da posição na estrutura social.

Nas pesquisas sobre os estereótipos na cognição social, um avanço importante foi a análise do conteúdo ou do significado do traço atribuído e não somente da sua valência. É cabível afirmar que o interesse pela semântica do traço ou atributo remonta aos estudos clássicos de Solomon Asch sobre formação de impressões, ainda na década de 1940, os quais já contrapunham traços relativos à intelectualidade com traços relativos à sociabilidade. Essa oposição entre traços de conteúdo mais relacional e outros de conteúdo mais intelectual foi analisada posteriormente em uma série de estudos sobre preconceito de gênero (Eagly, 1987; Glick & Fiske, 2001), preconceito contra idosos (Fiske & Cuddy, 2006; Vieira & Lima, 2015), ou ainda, contra grupos étnicos (Fiske, Cuddy, Glick, & Xu, 2002).

Outras perspectivas consideram que o conteúdo dos traços reflete uma estratégia classificatória que aproxima ou distancia os grupos dos polos da natureza e da cultura, do humano e do animal; tecendo, dessa forma, uma representação social que inferioriza ou superioriza a diferença. Nessa direção, Moscovici e Pérez (1999) argumentam que as representações construídas sobre os grupos racializados podem estruturar-se em dois eixos: o eixo dos traços de natureza e o eixo dos traços de cultura. Estudos apresentam evidências do fenômeno da naturalização de minorias sociais, sejam os negros (Cabecinhas, 2002; Lima & Vala, 2004), sejam os imigrantes (Vala, Lopes, & Brito, 1999; Vala & Lima, 2002), sejam os ciganos (Correia, Brito, Vala, & Pérez, 2001; Lima & Almeida, 2010).

O paradigma de análise dos estereótipos da cognição social tem passado, desde a década de 1970, por intenso aprimoramento das formas de mensuração do fenômeno. Desde a primeira investigação realizada por Katz e Braly

(1933), até as modernas técnicas de latência de resposta e *priming*, um conjunto substancial de estratégias de medidas foi construído e têm permitido o acúmulo de evidências para o conhecimento da temática. Nesta senda, os estudos sobre os processos automáticos de resposta merecem destaque.

A automaticidade é atualmente um dos principais temas nos trabalhos sobre atitudes e estereótipos, de maneira geral (Bargh, 1989, 1994), e sobre o preconceito, de maneira particular (Devine, 1989; Dovidio, 2001). Esse paradigma considera que a presença de um membro de uma categoria, de um atributo típico, de um ícone ou de um rótulo categorial, deflagra processos automáticos de estereotipia. Para analisar a ativação automática e a aplicação dos estereótipos, geralmente controlada, surgem muitas medidas, que podem ser agrupadas, em função do seu conteúdo e da sua obstrutividade, em duas dimensões. Em relação ao conteúdo, as medidas podem focar o grau em que os atributos são percebidos como característicos de um membro típico do grupo (estereotipicalidade) e o grau da percepção de variabilidade dentro do grupo (dispersão) (ver Park & Judd, 1990; Judd & Park, 1993). Em relação ao caráter de obstrutividade, as medidas podem ser explícitas ou implícitas.

Brauer, Wasel e Niedenthal (2000) propõem três gerações de medidas dos estereótipos, considerando desde a escala de Katz e Braly, na década de 1930, até os anos 2000. As medidas mais recentes, que configuram a terceira geração, são as que acessam processos que estão fora do controle consciente dos indivíduos. Estas medidas são classificadas como não obstrutivas, uma vez que os indivíduos não têm controle consciente sobre as suas respostas, ou seja, a norma antipreconceito ou o desejo de se autoapresentar como igualitário não obstrui a resposta preconceituosa. O Teste de Associações Implícitas (IAT), de Greenwald, McGhee e Schwartz (1998), é uma das medidas implícitas mais utilizadas atualmente e pode facilmente ser adaptada para estudar associações automáticas de atributos com rótulos categoriais.

3. AVANÇOS E LIMITES DA ABORDAGEM DOS ESTEREÓTIPOS NA COGNIÇÃO SOCIAL

Uma grande potencialidade dos aportes da cognição social são os estudos sobre processos automáticos de resposta, que permitem analisar o fenômeno, livre da influência direta das normas sociais e, portanto, de forma não obstrutiva. Além disso, como vimos, é possível analisar a dissociação entre as crenças pessoais e as crenças coletivas de forma sistemática, fato que põe em destaque os processos de consenso e dissenso social. Schunk (2012) propõe que a Teoria da Cognição Social é um modelo amplo, que inclui, além dos

aspectos cognitivos, os motivacionais e os mecanismos de autorregulação. Uma compreensão integrada do funcionamento cognitivo humano, evocando fatores pessoais, individuais, sociais e ambientais, é fundamental para explicar os estereótipos e os comportamentos sociais.

No entanto, a abordagem da cognição social apresenta um conjunto de limitações que merecem destaque. Como pontua Vala (1993), nas análises da cognição social, importa mais encontrar estruturas universais que os conteúdos históricos e situacionais. Nos modelos explicativos da cognição, os processos internos, intrapsíquicos, são a questão central. Além disso, as abordagens dominantes nessa linha põem pouca ênfase nas emoções (Schunk, 2012; Smith, 1997).

No caso específico dos estereótipos, não obstante o avanço trazido pelas pesquisas que enfocam seu conteúdo, os estudos têm focalizado a descrição dos estereótipos dos grupos mais que os mecanismos ou processos implicados na sua formação (Rothbart, Fulero, Jensen, Howard & Birrell, 1978). Existem poucos estudos sobre a gênese dos estereótipos e menos ainda sobre as mudanças dos estereótipos em contextos relacionais diversos, de forma que uma perspectiva que entenda os estereótipos como repertórios representacionais, ancorados nos valores e ideologias dos grupos e objetivados em contextos relacionais, poderia ampliar a análise dos modelos mais cognitivos:

Uma perspectiva desse tipo representaria, indubitavelmente, um avanço significativo sobre a tradição de investigação descritiva que, muitas vezes, se limitou a evocar um consenso cultural sobre determinados ‘traços’ atribuídos a determinados grupos, e por vezes, a observar a estabilidade ou mudança, no tempo, dessas descrições coletivas. (Tajfel, 1982, p. 176)

4. A SOCIOCOGNIÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Moscovici (2000) propõe que indivíduos e grupos criam representações no curso das suas comunicações e cooperações. Entretanto, uma vez criada, uma representação ganharia vida própria, circulando, se misturando, atraindo e repe-lindo outras representações. É nesse sentido que as representações sociais são formas específicas para compreender e comunicar aquilo que já sabemos. Elas possuem duas facetas, uma simbólica e outra icônica.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) surge a partir de um estudo, realizado na França em 1961, sobre as imagens e significados que os parisienses atribuíam à psicanálise. Como refere Farr (2007), nesse estudo Moscovici colheu

amostragens do conhecimento, das opiniões e atitudes das pessoas, com respeito à psicanálise e aos psicanalistas, a partir do que revitalizou o conceito de representação coletiva de Durkheim, cunhando o termo “representação social” para significar um fenômeno, ao passo que o termo “representação coletiva” se referia a um conceito (Wachelke & Camargo, 2007).

Para Moscovici (2003), as representações sociais surgem do nosso desejo de familiarizar o não familiar, servem para reduzir a margem de não comunicação, para superar o “vago”: “Elas são formadas através de negociações implícitas no curso das conversações onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens, valores compartilhados específicos” (p. 209). O autor propõe duas conceituações do fenômeno, uma considerando-o de modo estático – e, neste caso, as representações se assemelham a teorias que organizam em torno de um tema uma série de proposições que servem para classificar, descrever ou explicar coisas ou pessoas –, e na outra, vistas de modo dinâmico, “as representações sociais se apresentam como uma rede de ideias, metáforas e imagens mais ou menos interligadas livremente, e por isso, mais móveis e fluídas que teorias” (Moscovici, 2003, p. 210).

Wagner (2007) enfatiza que o conceito de representações sociais é multifacetado, pois, de um lado, a RS é concebida como um processo social e, de outro, como um produto. A RS é um processo, pois envolve comunicação e discurso, na construção dos significados dos objetos sociais. As RS são um produto quando são operacionalizadas como atributos individuais, como células individuais de conhecimento, símbolos e afetos compartilhados entre as pessoas e grupos. Wachelke e Camargo (2007, p. 380) sintetizam as principais definições das representações sociais quando afirmam:

[...] pode-se dizer que o processo de representar resulta em teorias do senso comum, elaboradas e partilhadas socialmente (Wagner, 1998), ligadas a inserções específicas dentro de um conjunto de relações sociais, isto é, a grupos sociais (Doise, 1985), que têm por funções explicar aspectos relevantes da realidade, definir a identidade grupal, orientar práticas sociais e justificar ações e tomadas de posição depois que elas são realizadas.

Em termos de composição, as representações sociais podem ser consideradas como crenças amplamente compartilhadas (Fraser, 1994); ou, ainda, como valores, crenças e julgamentos sociais (Porto, 2006); ou como estruturas cognitivas correlatas à inteligência (Carugati, Selleri, & Scappini, 1994). Os elementos avaliativos de uma representação social são a estrutura subjacente de uma atitude em relação a um objeto (Campos & Rouquette, 2003).

Para Moscovici, as representações sociais – diferentemente das opiniões, imagens e outros conceitos atitudinais – não se referem apenas a construtos cognitivos, uma vez que são dinâmicas. Fraser (1994) propõe que, assim como as atitudes, que integram na sua composição afetos, cognições e intenções comportamentais, as representações sociais também seriam compostas por três elementos: sistemas de valores, ideias e práticas.

As representações sociais possuem quatro funções essenciais: de saber, identitária, de orientação e justificadora (Abric, 1998). A função de saber diz respeito à possibilidade de os indivíduos compreenderem e explicarem a realidade, tornando-a compreensível para eles próprios e, assim, permitindo a comunicação social. A função identitária vincula-se aos processos de comparação social, a representação social do endogrupo (“meu grupo”) é marcada pela valorização dos seus atributos e posições. As RS também possuem a função de orientação, pois atuam como um sistema de codificação da realidade social e, assim, guiam os comportamentos e as práticas sociais. A função justificativa das RS diz respeito ao fato de que elas, ao mesmo tempo em que justificam ações ou tomadas de posição já realizadas, possibilitam a legitimação das ações no momento em que elas estão ocorrendo, de forma que as RS servem para preservar e justificar a diferenciação social (Abric, 1998; Chaves & Silva, 2013).

5. AVANÇOS E LIMITES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A TRS propõe um ponto de equilíbrio entre o fluxo dinâmico de experiências individuais e a rigidez estrutural da sociedade. Ela permite entender como os indivíduos dão sentido à vida cotidiana, estabelecendo processos de comunicação com os outros, de consenso e dissenso, em consonância com as posições e identidades sociais que ocupam na rede mais ampla de relações sociais (Carugati, Selleri, & Scappini, 1994). A TRS permite estudar os conteúdos dos fenômenos sociais na sua articulação com contextos históricos, e não apenas os processos (Billig, 1985; Vala, 1993), ainda que o próprio Moscovici (1985) afirme que, no estudo das representações sociais, interessam mais os aspectos formais do pensamento e da linguagem que os de conteúdo (ver Parker, 1987, p. 463, para uma revisão crítica). Na TRS, o plano cognitivo se articula com o avaliativo. Enfim, a TRS complementa a abordagem da cognição social com o nível simbólico (Moscovici, 1982).

A TRS, graças ao caráter transdisciplinar do seu objeto, produziu grande variedade de métodos e técnicas de pesquisa, os quais permitem pesquisar o

conteúdo das representações e que integram as abordagens quantitativas às qualitativas na geração dos dados (Rateau, Moliner, Guimelli, & Abric, 2012).

Todavia, a Teoria das Representações Sociais também recebe uma série de críticas por suas limitações. De forma geral, as críticas apontam três limites principais: 1) a inconsistência ou ambiguidade; 2) os problemas na definição de grupo social e de consenso; e 3) as descrições sobre o processo de formação e transformação das RS (ver Rätty & Snellman, 1992).

Em relação às inconsistências, Jahoda (1988) afirma que existe uma contradição e obscuridade conceitual na TRS. Para o autor, não fica claro qual a diferença entre representação social e representação coletiva: se as RS são gerais ou específicas, se são variáveis (fatores relacionais) dependentes ou independentes. Igualmente obscura seria a relação entre as RS e as ideologias e a cultura. Potter e Litton (1985) sintetizam as críticas à fluidez conceitual na TRS quando afirmam que a representação é um conceito em busca de uma teoria.

Jahoda (1988) chega a sugerir duas soluções para remediar a TRS da sua suposta obscuridade conceitual, uma “*hard*” e outra “*soft*”. A *soft* seria manter a representação como termo genérico que cobre uma série de fenômenos, como um conceito semelhante ao de “desenvolvimento”. A solução *hard* seria rever e mudar os pressupostos teóricos e metodológicos na busca de uma melhor definição dos termos e pesquisas que testem seus postulados teóricos:

A situação presente parece ser uma infeliz mistura de duas opiniões: uma teoria conceitualmente mal definida que, por um lado, estimula a pesquisa científica, mas que, por outro lado, não pode ser testada pelos resultados de suas pesquisas por causa da obscuridade de seus conceitos. (Rätty & Snellman, 1992, p. 5, tradução nossa)

Em relação à noção de consenso, Litton e Porter (1985) criticam a TRS pelo seu caráter estático. Para esses autores, as diferenças intragrupais são ignoradas ou obscurecidas nas análises da TRS, que focam as respostas médias, de forma que o consenso parece mais ser um artefato da análise empírica do que um resultado dela. Parker (1987, p. 459, tradução nossa) vai além quando afirma que: “Pode ser que a própria busca pelo “consenso” opere como construto ideológico”. Ele sugere que é necessário à TRS analisar os níveis de consenso de modo específico. Na mesma direção, Jahoda (1988) questiona o uso das estatísticas descritivas de frequência como forma de indicação do consenso. Harré (1984) afirma que o problema do consenso na TRS é, antes de tudo, um problema na definição de grupo social. Como referem Rätty e Snellman (1992), na teoria, e, sobretudo, na pesquisa em representações sociais, grupo é qualquer agregado ou categoria social formado por pessoas que compartilham um atributo específico

(por exemplo, brasileiros, mulheres, idosos, terraplanistas, coveiros etc.). Para esses autores, apenas grupos estruturados devem ser considerados grupos, pois têm suas relações reguladas por direitos, obrigações e papéis bem definidos. Além disso, o imperativo do consenso na TRS produziria uma marginalização da importância psicológica e social dos processos retóricos de argumentação, correndo o risco de descartar o caráter dialógico e conflitante dos processos comunicacionais (Billig, 1988).

Sobre o processo de formação e transformação das representações sociais, Billig (1988) pontua que estas, assim como as cognições no sentido geral, passam tanto pelo processo de homogeneização/universalização, típicos dos universos simbólicos reificados, quanto pelo processo de particularização. Billig (1988) afirma que a ancoragem e a objetivação são análogas aos fenômenos da categorização social e esquemas de pensamento na cognição social. O processo da ancoragem conduziria à universalização e o da objetivação, à particularização. O autor nos adverte que a TRS pode incorrer no mesmo equívoco da Psicologia Cognitiva, que negligenciou particularização, por considerar que a categorização seria um processo universal e inevitável. A noção de ancoragem não leva em conta as habilidades humanas para negar, não familiarizar e particularizar a informação. A ancoragem não é um processo automático; pensá-la como se o fosse pode levar a TRS a incorrer no mesmo reducionismo cognitivo que ela critica (ver Voelklein & Howarth, 2005, para uma revisão).

Parker (1987) faz uma crítica ao mau uso das ideias sociológicas pela TRS. Para este autor, a TRS faz o contrário do que pretendia, ou seja, faz as ideias sociológicas retornarem para dentro do universo individualista da psicologia. Parker propõe que a TRS reforça o dualismo quando considera os indivíduos como formas separadas e autônomas do mundo social, já que são eles, em última instância, que formam e expressam representações. Neste sentido, arremata Parker (1987, p. 454, tradução nossa): “O emprego de noções da sociologia pelo campo da sociocognição (aparentemente encorajado por Moscovici) não é, em nenhum sentido relevante, um desafio ao positivismo e ao individualismo da psicologia, ainda que tenha a intenção de sê-lo.”

6. UMA PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE MODELOS DA CS E DA TRS

Uma das limitações da Teoria das Representações Sociais é a pouca ênfase dada ao estudo da dimensão afetiva (Campos & Rouquette, 2003). Para estes autores, a partir do momento em que se produz uma avaliação do objeto representacional, uma dimensão afetiva é ativada, dentro de uma lógica avaliativa

semelhante à do universo de atitudes, como “isto me agrada/isto não me agrada”. Utilizar os métodos clássicos de estudos das atitudes pode colaborar para dar ênfase à dimensão emocional das representações sociais (RS). A versão de regulação emocional do Teste de Associações Implícitas (IAT), como empregada por Mauss, Evers, Wilhelm e Gross (2006), permite a análise dos afetos presentes nas representações, com a vantagem de se configurar como uma medida não obstrutiva, o que constituiria ainda um novo campo para análise da chamada “Zona Muda” das RS.

A superação da “Zona Muda” seria uma segunda contribuição fundamental de uma maior integração entre a CS e a TRS. Como vimos, os estudos sobre processos automáticos dentro da Cognição Social, de forma específica, os procedimentos de *priming* e os testes que avaliam latência de resposta, podem colaborar para o entendimento da face mais oculta de uma representação. Isso permitiria uma maior articulação dos estudos sobre RS no quadro das normas sociais, considerando que as funções das RS e dos estereótipos dependerão do campo relacional estabelecido neste quadro e, paralelamente, tornaria mais percucientes as análises da relação entre representação e prática social.

A abordagem estrutural das RS propõe que uma representação social é formada por dois sistemas de cognições: sistema central e sistema periférico. O sistema central compreende as cognições que determinam a identidade da representação, aquilo que é mais estável, consensual e importante para o grupo, enquanto o sistema periférico integra aquilo que é mais passível de mudança e mais típico dos indivíduos que compõem a RS (Sá, 1996). A integração analítica de pressupostos teóricos e metodológicos do Modelo Dissociativo dos estereótipos (Devine, 1989) com a Teoria do Núcleo Central, permitirá analisar o grau de dissenso de cada participante dos estudos em relação à ordem média das respostas. O grau de dissenso permitirá concluir se a representação formada é polêmica, emancipada ou hegemônica, contribuindo para a superação da excessiva força dada ao consenso e da visão simplista desse fenômeno que atualmente domina parte da pesquisa em representação social.

O conceito excessivamente amplo de representações sociais, que dificulta a realização de estudos rigorosos, pode ser circunscrito em análises mais estruturadas do ponto de vista metodológico, adotando elementos dos estudos da cognição social, a exemplo dos estudos experimentais. A TRS ganharia com o incremento das novas medidas que são utilizadas na cognição social para estudar os estereótipos. Novas formas de mensurar um fenômeno implicam no desenvolvimento da teorização sobre esse fenômeno e, do mesmo modo, a abordagem dos

estereótipos na cognição poderia ganhar com os incrementos teóricos trazidos pela TRS, uma vez que as formas de medir se aperfeiçoam graças aos avanços teóricos (Correll, Judd, Park, & Wittenbrink, 2010).

A noção vaga de grupo presente na TRS, que se constitui inclusive como um limite na análise do consenso, poderia ser superada utilizando métodos de saliência da identidade presentes em vários estudos no campo da cognição social, seja por meio de procedimentos de *priming* identitário (por exemplo, McLeish & Oxoby, 2008), seja considerando experimentalmente contextos de saliência de múltiplas identidades (por exemplo, Sinclair, Hardin & Lowery, 2006), seja manipulando a saliência da identidade de um grupo majoritário e um grupo minoritário (por exemplo, Charnysh, Lucas, & Singh, 2015). Finalmente, a definição e operacionalização de grupo poderia, ainda, ser aperfeiçoada na TRS adotando modelos mais psicossociais, como o Inventário de Identidade Psicossocial de Zavalloni e outros métodos de saliência cognitiva (ver Deschamps & Moliner, 2009).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi apresentar e discutir possibilidades de ampliação dos contatos entre os modelos da Cognição Social e a Teoria das Representações Sociais, com foco na contribuição que os estudos sobre estereótipos no âmbito da cognição podem trazer à TRS. Para tanto, apresentamos uma breve descrição das teorias e dos seus pontos mais fortes e mais fracos. Como referimos no início do texto, a integração de níveis de análise pode ser benéfica às duas abordagens, uma vez que nos modelos mais cognitivistas predominam os níveis de análise mais intra e interpessoal, enquanto que a TRS adota, sobretudo, os níveis posicional e ideológico (Doise, 1982).

Finalmente, consideramos como válidos todos os esforços no sentido de estimular as possibilidades de articulação entre os modelos teóricos, como forma de desenvolvimento da Psicologia Social, criando uma agenda de pesquisa pluralista e integradora, aberta à diferença, enfim, mais raposa que ouriço. Assim, poderíamos evitar o risco relatado por Peter Burke (2006, p. 39): “No mundo acadêmico, a América foi redescoberta e a roda reinventada muitas vezes, essencialmente porque os especialistas de uma área não têm tomado ciência daquilo que seus vizinhos andavam pensando”.